Zé Maria
é pré-candidato
a presidente
para defender
frente dos
trabalhadores
com programa
anticapitalista
FORA FHC
F O FMI !
Ano VI nº 120 - 9/8/2001 a 29/8/2001
Contribuição R$ 1,50
Opinião
SOCIALISTA
PSTU

CAROS LEITORES

A edição nº 120 do Opinião Socialista é especial. Ela está dedicada ao lançamento da pré-candidatura de José Maria de Almeida, o Zé Maria, à presidência da República.

Diante da grave crise que o país atravessa, imerso numa crise mundial desse modelo perverso – denominado pelos arautos da burguesia de neoliberalismo –, antecipou-se o debate sucessório.

O PSTU lança a pré-candidatura de Zé Maria para debater com todos os trabalhadores a necessidade de se conformar uma Frente dos Trabalhadores, com um programa anti-imperialista e anticapitalista para derrotar FHC e também o modelo neoliberal. Se Lula e o PT estiverem dispostos a romper com a burguesia e assumir um programa de ruptura com esse modelo que está aí, retiraremos nossa pré-candidatura.

O país está sendo recolonizado e diante da crise, os países ricos do G-7, o FMI, os banqueiros e as multinacionais exigem mais rapidez na rapina e entrega das riquezas nacionais às custas de um aumento sem precedentes da superexploração dos trabalhadores, do desemprego e da miséria para a maioria.

Enquanto isso, a vizinha Argentina tornou-se quase uma colônia, agoniza e sangra a maioria do seu povo. A disjuntiva posta no país ao lado é revolução ou colônia.

O Brasil é a Argentina amanhã. A Alca, que se não for derrotada entrará em pleno vigor no próximo mandato presidencial, transformará o conjunto da América Latina numa imensa colônia.

Só a execução de um programa de ruptura com a Alca, o FMI, a dívida externa; de reestatização do que foi privatizado pode garantir emprego, salário e terra. Tal programa só pode vingar com um governo dos trabalhadores, sem burgueses.

Este número do Opinião Socialista busca demonstrar e responder quais são os principais desafios e tarefas colocadas para os trabalhadores para derrotar, além desse governo, também esse projeto de recolonização em curso avançado, sob uma ótica socialista.

ESPAÇO ABERTO

Dulce Muniz filia-se ao PSTU. Em um ato comovente, realizado no teatro Studio 184, em São Paulo, no dia 28 de julho passado a atriz, diretora e autora teatral Dulce Muniz filiou-se oficialmente ao PSTU. Integrante da Companhia Teatro de Arena, nos anos 60, uma das mais importantes companhias de teatro do país, Dulce trabalhou como atriz em *Bambalalão*, um dos programas infantis mais significativos da TV Cultura nos anos 80.

Teve papel de destaque na Oposição Sindical que se formou nos anos 80 – *Urdimento* – que conseguiu enorme adesão entre os artistas e expulsou os pelegos do Sindicato dos Artistas e Técnicos de São Paulo, servindo de referência para muitas das oposições sindicais que surgiram posteriormente, no bojo daquela luta.

Autora teatral, escreveu uma trilogia sobre mulheres que participaram da luta revolucionária – *Iara, Camarada e Amante,* sobre Iara Iavelberg, *Heleny Heleny Doce Colibri,* sobre Heleny Guariba, ambas assassinadas pelo Exército por participarem na guerrilha. Dulce também tem uma peça dedicada a Rosa Luxemburgo, Rosa Vermelha, da qual fez uma breve representação ao final do ato.

No auge de sua carreira artística e depois de uma longa militância no PT, Dulce Muniz agora se coloca a serviço da construção do partido revolucionário, filiando–se ao PSTU. Mesmo tendo diante de si a possibilidade de seguir carreira parlamentar pelo PT, Dulce mais uma vez mantém sua coerência política, entrando no PSTU.

Os quase 150 companheiros presentes ao ato, tanto do Brasil quanto do exterior, já que o ato comemorou também o lançamento do número 3 da revista *Marxismo Vivo,* deram as boas vindas a Dulce que, a rigor, nunca saiu do nosso lado, ajudando o partido em inúmeras ocasiões, tanto na campanha eleitoral, na representação de esquetes para os programas de TV do PSTU, quanto cedendo seu teatro, o Studio 184, no centro de São Paulo, para debates e atos.

Atualmente, Dulce está em cartaz no Studio 184 com a peça *Playground* de Dema de Francisco, encenada por Djalma Limongi Batista, cineasta brasileiro de renome internacional.

sumário

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP

Fax: (11) 5575-6093 *Email:* opiniao@pstu.org.br

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo-SP
CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

EDITORIAL

As razões de uma pré-candidatura socialista

O PSTU decidiu lançar Zé Maria pré-candidato à presidência da República, para discutir com todos os trabalhadores a necessidade de se formar uma Frente dos Trabalhadores para botar fora FHC, romper com o FMI, não pagar a dívida externa e impedir a implementação da Alca.

Esta Frente deve ser encabeçada pelo PT, por Lula, e ter na vice uma liderança do MST e não um grande empresário – José de Alencar, o ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais – como defende hoje Lula e a direção do PT. E o programa dessa Frente deve ser submetido a um Congresso que reúna o movimento operário, popular e os sem-terra. Um programa de ruptura com esse projeto de recolonização do Brasil que vem sendo aplicado sob a batuta do FMI. Um programa para garantir emprego, salário e terra.

Se Lula e o PT estiverem dispostos a romper com a burguesia e assumir esse programa, retiraremos nossa pré-candidatura e apoiaremos Lula.

Mas não estamos dispostos a dar um cheque em branco a Lula. Pois, hoje, apoiar Lula incondicionalmente implica em ser coniventes com a estratégia da direção majoritária do PT. Estratégia essa que passa por dar garantias de governabilidade a Fernando Henrique até outubro de 2002, passa por uma política de alianças com a grande burguesia para a candidatura e um eventual futuro governo Lula e pela defesa de um programa burguês, que em essência mantém a subordinação do país ao imperialismo. O programa atual apresentado pelo Partido dos Trabalhadores é elogiado pela classe dominante, porque é de direita, parecido com o de FHC

A política de alianças e o programa que hoje Lula e o PT vêm defendendo, encerra o grande risco de construir uma versão brasileira de Fernando De La Rua, o presidente argentino. De La Rua foi eleito por ser oposição a Menem e defender o "social". Porém – como está fazendo o PT – comprometeu-se a "não romper contratos" e a pagar a dívida externa. O resultado está à mostra.

O Brasil – como toda a América Latina – está sendo recolonizado pelos Estados Unidos e por todo G-7 (o grupo dos países ricos). A perda de soberania do país é galopante. As privatizações, a desnacionalização da economia, o endividamento externo, o déficit crescente do país com o imperialismo têm andado em uma velocidade estonteante. O novo acordo com o FMI acelerará ainda mais a rapina. E se a Alca vingar, o país se transformará de vez em uma colônia.

Fora FHC, o FMI já! Antecipar as eleições

As conseqüências desse processo para a maioria do povo, os trabalhadores, é o aumento insuportável da exploração, do desemprego, da miséria e da concentração de renda na outra ponta. O Brasil é a Argentina amanhã.

Não basta, portanto, fazer oposição apenas eleitoral a FHC e não se propor a botar abaixo todo o modelo do FMI, FHC e Malan.

Renato Benvenutti

Por isso, está na ordem do dia não esperar até 2002 e botar fora FHC e o FMI já e antecipar as eleições.

E junto com isso, está na ordem do dia a luta por um governo dos trabalhadores, para "romper contratos" com os colonizadores, para botar abaixo esse modelo.

Programa emergencial contra a crise

Uma alternativa dos trabalhadores precisa se comprometer com a ruptura de negociações com a Alca, com a ruptura dos acordos com o FMI e com o não pagamento da dívida externa.

Precisa reestatizar, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, todas as estatais que foram privatizadas e brecar todas as demais privatizações em andamento. Precisa suspender o pagamento da dívida interna aos banqueiros e grandes empresários, preservando a poupança do povo e o pequeno investidor. Precisa estatizar — sob controle dos trabalhadores – todo o sistema financeiro.

Junto com estas medidas é necessário reduzir já para 36 horas a jornada de trabalho, sem redução dos salários, realizar um plano de grandes investimentos em obras públicas, fazer uma Reforma Agrária radical sob controle dos sem-terra e garantir aumento geral de salários.

Sem essas medidas não é possível garantir emprego, salário, terra, educação, saúde e investimento em infra-estrutura.

Estas propostas – em linhas gerais – fazem parte do programa da CUT, do MST, da UNE e eram defendidas pelo PT e pelo Lula de 1989. Hoje, são mais necessárias e atuais do que eram então.

Só a luta muda a vida: apostar na ação direta

Para botar abaixo Fernando Henrique e o projeto do FMI e garantir um outro projeto para o país é preciso organizar e apoiar-se na mobilização dos trabalhadores e do povo.

Não será do Congresso Nacional que virão as medidas que o Brasil e os trabalhadores precisam. É hora de desenvolver e unificar as lutas.

Com os trabalhadores, o movimento popular e a juventude mobilizados, podemos derrotar esse governo e esse modelo e conquistar um governo dos trabalhadores, que – para governar no interesse da maioria – chame a construção de Conselhos Populares para decidir sobre o que deve ser feito com 100% do orçamento público.

Uma Frente dos Trabalhadores deve estar comprometida com o chamado e construção de Conselhos Populares, como instrumentos de poder.

Um chamado à esquerda socialista

A luta por um programa anti-imperialista e anticapitalista para o Brasil e pela formação de uma Frente dos Trabalhadores não é uma luta só do PSTU.

Chamamos os companheiros da esquerda petista e cutista e também os movimentos sociais, como a CMP e o MST para lutarmos juntos por um Encontro ou Congresso do movimento operário e popular para discutir um programa e que alianças uma candidatura que represente os trabalhadores deve desenvolver.

A luta por um programa e um arco de alianças, que acumule forças na direção de um projeto socialista, é uma batalha que ainda está por ser dada e que precisa ser apoiada em todo o movimento social hoje existente no Brasil.

Se a candidatura Lula seguir o modelo das alianças políticas e o programa hoje levados adiante pelas prefeituras e governos petistas não significará acúmulo algum em direção ao projeto socialista. Um eventual governo federal nos moldes do que tem sido um governo Zeca do PT ou Marta Suplicy, significará – sem dúvida – uma versão brasileira do argentino Fernando De La Rua.

Por tudo isso, uma pré-candidatura socialista é necessária. Na luta, na ação direta do dia-a-dia dos trabalhadores por suas reivindicações, na luta por botar abaixo FHC e o FMI é necessário afirmar e debater um programa anticapitalista e anti-imperialista para o Brasil. É necessário defender uma aliança dos trabalhadores sem e contra a burguesia.

Termos do tratado liquidam com qualquer vestígio de soberania

Alca é acordo para legalizar colonização

Sérgio Koei

João Ricardo Soares,
especial para o Opinião Socialista

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos vendem a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), apenas como um tratado de livre comércio, onde as tarifas de importação seriam reduzidas a zero e em todo o continente americano circulariam livres de travas mercadorias e capitais. Segundo a propaganda oficial, todos sairiam ganhando, pois se trata de abrir nossos mercados em troca de ter aceso ao mercado norte-americano.

Assim, o único problema estaria em vencer o protecionismo norte-americano relativo às chamadas barreiras não-tarifarias a que estão submetidos os principais produtos brasileiros, como o suco de laranja e o aço.

Mesmo que a Alca fosse simplesmente isso ela já seria profundamente prejudicial aos trabalhadores, pois significaria uma completa reestruturação industrial no país, pela capacidade das empresas de importar insumos, acarretando assim o fechamento de fábricas, aumentando o desemprego e a miséria no país. Isso pressionaria os salários dos trabalhadores para um nível ainda mais baixo do que o atual, pois estariam permanentemente submetidos a chantagem da importação. O mesmo acordo com o México (o Nafta) aumentou em mais de 8 milhões a quantidade de pobres naquele país.

Mas acontece que a Alca não é somente o que se diz, mas principalmente o que não se diz. O tratado compreende nove áreas de negociação, a tarifa zero é apenas uma parte destas negociações, além do comércio o acordo prevê a regulamentação do sistema de compras dos governos, serviços, direitos de propriedade intelectual, acesso aos mercados, subsídios, concorrência e agricultura.

Na primeira versão do acordo, os investimentos externos não podem sofrer nenhum tipo de discriminação e teriam mais vantagens do que o capital de origem no país. Além disso, não se pode limitar nenhuma transferência de lucro e fica vedada toda possibilidade de nacionalização ou expropriação. Mas não para por aí, o tratado prevê uma indenização por prejuízo causado por guerras, insurreições, etc.

A Alca retira qualquer possibilidade de que os países do continente possam ter uma política econômica autônoma, com controle da sua moeda, definição de política industrial, etc. O capítulo relativo ao acesso aos mercados impede não somente o desenvolvimento de indústrias locais, como deixa nas mãos do imperialismo o acesso a todos os recursos naturais, biológicos, fauna, flora. O capítulo sobre direito de propriedade intelectual acaba com toda possibilidade de produção nacional de fármacos, os genéricos não poderão existir caso a patente seja de um laboratório norte-americano.

E se tudo isso ainda fosse pouco, ao assinar o tratado, toda legislação nacional deve ser submetida as diretrizes da Alca. Ou seja, vale o tratado por cima das leis de um país. Tudo isso significará um aumento da transferência de riquezas do Brasil para os Estados Unidos. Diante desse quadro, o que o governo brasileiro e setores da burguesia negociam nas reuniões e Cúpulas das Américas não passa de migalhas. Estão dispostos a entregar todo o país, desde que os produtos como aço, e tecidos industrializados, tenham aceso livre ao mercado ianque. Estão dispostos a legalizar o brutal processo de colonização do país e do continente oficializados pela Alca.

Multis ampliam suas garras

A necessidade de liberar os fluxos de comércio são o resultado dos fluxos de investimentos estrangeiros. Tomando as 500 maiores empresas da América Latina, as multinacionais incrementaram sua participação nas vendas de 27% (1992) a 43% (1998). Enquanto as empresas nacionais baixaram para menos de 40%. Quanto às exportações, as empresas privadas nacionais caíram de 37% a 33% no continente enquanto as multinacionais aumentaram de 29% para mais de 40%.

Este avanço do controle das multinacionais sobre as economias latino-americanas é proporcional aos investimentos realizados nos últimos anos: US$ 93 bilhões em 1999 e US$ 74 bilhões em 2000.

Entretanto, esta onda de investimentos não se faz de maneira aleatória. Os Estados Unidos estão criando uma forte correlação entre estes investimentos, que dependem da livre circulação de mercadorias. No México e na América Central utilizam as chamadas *"Maquillas"*, fábricas dedicadas a montar os produtos pré-fabricados nos Estados Unidos utilizando trabalho semi-escravo e pagando salários de menos de US$ 3 a hora. Assim, países como República Dominicana têm 60% de suas exportações voltadas para os Estados Unidos.

Na América do Sul, o papo é outro. Salvo Brasil, a maior parte dos investimentos estiveram voltados para explorar os recursos naturais. No Brasil, dos US$ 30 bilhões que entraram no ano 2000, 80% foi destinado às privatizações e compra de empresas locais. Mas aqui na região, o fundamental é utilizar o "livre comércio" apoiado na indústria automobilística, que corresponde a 60% do comércio do Mercosul, voltada para o mercado sul-americano e caribenho. (J.R.S.)

Plebiscito já para dizer não à Alca!

Pelo calendário das negociações da Alca, os anos decisivos serão os de 2002 a 2004, data limite das negociações. Neste período exercerão a presidência da Alca os Estados Unidos e o Brasil. Assim, o próximo presidente da República estará ante a assinatura ou não do tratado.

O programa de governo apresentado por Lula contém uma série de críticas a Alca, fala inclusive de criar uma "ampla coalizão nacional e continental anti-Alca". O problema é que esta coalizão nacional e continental proposta por Lula e pelo PT não se pronuncia diante de uma questão simples: sim ou não a Alca?

Como a maioria da classe dominante brasileira está a favor do acordo de livre comércio e o programa petista condiciona de cara a política à formação de uma "ampla coalizão nacional", a dubiedade do programa do PT parece que se resolve pelo o que ele não diz.

Lula deve se comprometer com um Plebiscito Nacional que defina a posição do Brasil e realizar uma ampla campanha pelo *Não à Alca!*. Aliás, como um candidato com chances reais de ser o próximo presidente da República, uma declaração de Lula contra a Alca, neste momento, bastaria para melar e dificultar todo o processo de negociação.

Há 500 somos espoliados pelas potências estrangeiras, para inverter esse jogo a favor dos trabalhadores devemos começar por dizer um claro *Não à Alca* e a sangria do pagamento da dívida externa. **(J.R.S.)**

Privatização trouxe desemprego, tarifaços e perda de soberania

Reestatizar é preciso...

Mariúcha Fontana,
da redação

A política de privatizações foi um dos pilares da entrega do país ao capital estrangeiro.

Até 1998 o governo alardeava que tinha obtido lucro de R$ 85,2 bilhões com as privatizações, entre dinheiro arrecadado com a venda e dívidas que ele não mais pagaria. Mesmo nessa conta, o governo esconde o prejuízo: entre dívidas engolidas por ele antes de vender, empréstimos feito por ele a compradores e parcelas a serem recebidas em até 10 anos, ou seja, entre dinheiro que não entrou ou saiu dos cofres públicos, a conta negativa para o Tesouro é de R$ 87,6 bilhões.

O buraco, ou o prejuízo, no entanto, é muito mais embaixo. Primeiro, as estatais foram sub-avaliadas. O preço nunca foi estipulado pelo patrimônio da empresa, mas sim pela estimativa de lucros descontados as despesas que existiriam.

A Telebrás, por exemplo, teve sua avaliação de preço feita a partir de uma projeção de lucros e despesas nos dez anos seguintes à privatização, desconsiderando todo investimento feito em décadas. Nessa avaliação, já questionável, os técnicos a avaliaram em R$ 120 bi, mas as consultorias estrangeiras conseguiram a proeza de – nas despesas projetadas – chegar ao preço "mínimo" de R$ 13 bi. O governo a vendeu por R$ 22 bi e comemorou o "ágio". Detalhe: para prepará-la para a privatização, o governo investiu R$ 21 bilhões em quatro anos e ainda entregou-a com dinheiro vivo em caixa, na ordem de R$ 1,7 bi. Os compradores pagaram de entrada só 40% do valor da empresa (dos R$ 22 bi) e quando a mesma foi vendida seu lucro era de R$ 4 bilhões por ano.

As maracutaias, entretanto, não têm fim. Os novos donos podem descontar prejuízos anteriores dos seus lucros, de modo a diminuí-los e assim abater o imposto de renda a ser pago.

Isso sem falar das moedas podres, forma de pagamento responsável até 1997 por quase 50% de tudo que foi vendido. As moedas podres são títulos do governo que no mercado valem 40 e às vezes até 30% de seu valor de face. Um título de R$ 100, que o dono não consegue vender por mais de R$ 30. O governo vendeu por R$ 30 tais títulos aos compradores de estatais e depois aceitou-os de volta – como se valessem R$ 100 – como forma de pagamento das empresas.

Resumo da ópera

Para os trabalhadores e a classe média sobraram aumentos de tarifas muito acima da inflação e pedágios em cada 30 quilômetros de estrada. Para os pobres não chegou novos serviços, como foram cortados. A dívida externa e interna cresceram, pois as multis não trouxeram capital próprio, mas recorreram a empréstimos externos (aumentando a dívida externa e seus juros) e também compraram títulos do governo brasileiro. De outra parte, o caixa do Tesouro deixou de contar com o lucro das estatais.

O rombo nas contas externas aumentou e pode ser incontrolável no futuro, pois todo lucro destas empresas são remetidos para o exterior.

Não há investimento novo em infra-estrutura, porque isso implica em imobilizar uma parte dos lucros das empresas para ter retorno a médio prazo, daí o colapso da infra-estrutura do país.

O país abriu mão de desenvolvimento tecnológico e também entregou setores estratégicos para multinacionais. Toda pesquisa na área de telecomunicações foi para o espaço, como quase toda produção nacional neste setor. Toda comunicação por satélite – controlada pela Embratel – está hoje nas mãos dos Estados Unidos. A maioria da distribuição de energia também.

Agora estão privatizando por debaixo do pano. Muita coisa está sendo privatizada em partes e sem alarde. É o caso da Petrobrás, da CEF, do BB, da Nossa Caixa. E também do que resta do setor elétrico.

Sérgio Koei

Nossa Caixa em São Paulo: na alça de mira da privatização

Renato Benvenutti

Soberania sem reestatização é piada

À cada mês de mandato de FHC, o país perde enormemente em soberania. O maior partido de oposição, entretanto, continua contrário à derrubada de FHC.

Quanto às privatizações, o PT diz que não "quebrará contratos", ou seja, não reestatizará nada.

Pergunta: como falar em soberania, política social, etc, tendo o grosso dos setores estratégicos e de infra-estrutura controlados pelo setor privado e sua maioria por multinacionais?

Um programa de esquerda, para poder ser chamado de esquerda, tem que constar a defesa da reestatização, sem indenização e sob controle dos trabalhadores de todas as estatais que foram privatizadas. (M.F.)

U R G E N T E

O modo petista de privatizar

Fátima Fernades,
de Ribeirão Preto

No mês de junho, o Prefeito Antônio Palocci Filho (PT) enviou à Câmara Municipal projeto de lei que dispõe sobre a criação das "Organizações Sociais" e "Programa de Publicização". Na ocasião houve uma divisão na bancada governista e o projeto não foi aprovado.

Caso fosse aprovado o projeto, o prefeito ficaria livre para passar para a iniciativa privada todo e qualquer setor da administração (saúde, educação, água e esgoto etc). Além disso, a contratação dos serviços dessas "organizações sociais" dispensa o processo licitatório.

O Sindicato dos Servidores Municipais, que é controlado pela prefeitura, nada fez. Coube à oposição sindical, esclarecer sobre o que era o tal projeto e mobilizar os trabalhadores, que fizeram um ato em frente à prefeitura.

No último dia 7 o prefeito voltou a reapresentar o projeto. Através de reuniões garantindo cargos, o prefeito articulou com os partidos que o apóiam (PMDB, PDT, PTB) para que o projeto fosse aprovado. O diretório do PT centralizou seus seis vereadores ameaçando de sanção àqueles que votassem contra.

Pressionados pela mobilização dos servidores que lotaram a Câmara, dois vereadores do PT apresentaram um projeto substitutivo que restringia a "publicização" ao setor de informática, o que foi aprovado.

O prefeito do PT, tal como em seu primeiro mandato em 1993, quando foi um dos pioneiros da privatização ao abrir o capital das Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto, segue aplicando direitinho a cartilha neoliberal de privatizações. Foi-se o setor de informática e depois, caso os servidores não mantenham uma mobilização permanente, serão outros setores.

Agora, empresa privada é "Organização Social" e privatização é "Publicização". Esse é o jeito petista de privatizar.

Um pesadelo bem real

Eduardo Almeida,
membro da direção nacional do PSTU

Parece um sonho mau, um pesadelo. Imagine que você perdeu seu talão de cheques ou cartão de crédito. Depois descobre que alguém gastou muito na sua conta e você é devedor de uma enorme quantia. Apesar de contestar a dívida que você não fez, os bancos e o governo respondem que não existe alternativa, você tem que pagar. Mais ainda: descontam diretamente do seu salário uma parcela para pagar a dívida. Como cobram juros de agiota (ou de grandes agiotas, os bancos), mês a mês a dívida cresce, mesmo com o desconto do seu salário.

Pouco a pouco você descobre que a maioria dos moradores de seu bairro, dos que trabalham com você, sofrem do mesmo problema, tiveram seus talões de cheque roubados e têm que pagar uma dívida que não fizeram. Mais ainda, como são muitos os que tem a pagar e já não basta o desconto em seus salários, agora também diminuem o dinheiro que antes era investido na escola do bairro, no hospital da cidade. Passam-se muitos anos, você faz a conta e chega a conclusão, estarrecido, que já pagou aquela dívida diversas vezes, mas que hoje ela é muito maior que antes, consumindo uma parcela cada vez maior do seu salário direto e também do indireto (aquele que você recebia através da educação e saúde públicas).

Mas o governo e a grande imprensa seguem afirmando que você e todos os outros tem a obrigação de pagar a dívida. Seria uma espécie de pecado capital, um crime horroroso, deixar de pagar o que você não deve. Ameaçam com uma espécie de castigo terrível dos bancos credores.

Desconfiado, você descobre que coincidentemente os bancos credores são os responsáveis pelo roubo de seu talão de cheques. Além disso, financiaram a campanha eleitoral do governo e ainda engordam a imprensa com suas verbas de publicidade.

Já é demais! Você descobre enfim que está sendo roubado descaradamente por anos e anos, que o governo e a imprensa acobertam e defendem este roubo.

No ano que vem, no entanto, felizmente vai haver eleições e um candidato que defendia a mudança de tudo isso tem chances de se eleger. Que maravilha! Você afinal está nas portas do paraíso: basta votar nele e todo o inferno desta dívida será parte do passado.

Mas o pesadelo não acabou: em uma matéria pequena lá no meio dos jornais você descobre que também este candidato em que confiava, está defendendo que você siga pagando pela dívida que você não fez e já pagou inúmeras vezes.

Mesmo os pesadelos, apesar de maus, são sonhos. O pior de tudo é que é real: o PT defende que um futuro governo Lula siga pagando a dívida externa de maneira semelhante a que faz hoje FHC.

Sérgio Koei

Crônica de uma explosão anunciada

O pagamento da dívida externa sempre foi um dos mecanismos mais importantes da submissão das nações dependentes aos países imperialistas. O Brasil não escapa a esta regra, e desde o seu nascimento como nação, vem sendo espoliado desta maneira. O empréstimo de 3,6 milhões de libras esterlinas feito a Inglaterra para pagar dívidas do período colonial inaugurou uma longa e interminável série de empréstimos que servem para pagar os juros e as parcelas de empréstimos anteriores.

A ditadura militar promoveu um enorme salto na dívida, passando de US$ 3 bilhões de dólares em 1964 a pouco mais de US$ 80 bilhões em 1984. Este dinheiro foi usado na primeira fase da ditadura para financiar o "milagre econômico" que levou a um crescimento médio de 11,2% ao ano no país na década de 70.

Os empréstimos foram úteis para as grandes multinacionais, em particular as automobilísticas, para ampliar suas fábricas no país. As empresas nacionais, especialmente as empreiteiras da construção civil que fizeram as grandes obras do período da ditadura, também se beneficiaram muito, crescendo rapidamente. O Estado utilizou também estes empréstimos para a construção da infraestrutura (hidrelétricas, redes de energia, estradas, empresas de telecomunicações) que possibilitaram o "milagre".

Naquele período o mecanismo fundamental de dominação era o pagamento da dívida através de grandes saldos comerciais. O Brasil exportava muito para pagar as parcelas e os juros da dívida. Em 1973, a dívida consumia 35% do valor das exportações.

Os trabalhadores mesmo, nada ganharam. O arrocho salarial e a repressão acompanharam todo o período da ditadura, com o lema "é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividir".

Dívida já foi paga...

O "depois" nunca chegou para os trabalhadores, que viram chegar a crise na década de 80. Em 1982 o pagamento das parcelas e dos juros consumiram 90% das exportações, o país foi a insolvência tendo de recorrer ao FMI. Existiram processos semelhantes em toda a América Latina no que foi chamado, na ocasião, da "crise da dívida".

Essa crise foi aproveitada pelo imperialismo para impor um novo modelo com os planos neoliberais: além do pagamento da dívida externa, os países abriram suas fronteiras econômicas para os produtos dos países imperialistas e privatizaram as estatais, assegurando um grau superior de controle direto dessas economias. Este modelo começou a ser aplicado no Brasil por Collor e foi seguido pelos dois mandatos de FHC.

Os novos empréstimos fizeram a dívida dar um novo salto, semelhante ao ocorrido durante a ditadura militar. Em 1990, a dívida era de US$ 120 bilhões, hoje ela dobrou, já está passando dos US$ 250 bilhões. Para se ter uma idéia da dimensão do saque ao país, desde o início do primeiro governo de FHC até hoje, já deve ter sido pago, entre amortizações de parcelas e juros, algo próximo aos US$ 240 bilhões. Ou seja, a dívida foi quase toda paga em somente seis anos, mas continuamos devendo mais do que nunca.

...Mas ela não para de crescer!

O salto na dívida externa durante a ditadura teve uma conseqüência clara na estrutura produtiva brasileira, com o avanço na produção de bens duráveis (em especial automóveis) e nas obras de infraestrutura.

O novo salto da dívida durante os planos neoliberais foi feito essencialmente para pagar as dívidas anteriores. Uma expressão clara do parasitismo do imperialismo.

Os superávits comerciais que antes asseguravam o pagamento da dívida externa se transformaram em déficits porque agora, com as fronteiras abertas, as importações se ampliaram muito. O Brasil que tinha grandes superávits nas décadas de 70 e 80, passou na década de 90 a apresentar déficits, importando mais do que exportava. Até 1994 o saldo comercial foi ainda positivo, de US$ 7,5 bilhões, mas já em 1995 passou a ser negativo.

Além disso, as empresas estatais e privadas compradas pelo capital estrangeiro passaram a enviar seus lucros em muito maior volume para o estrangeiro, passando de US$ 1 bilhão para US$ 7 bilhões em média.

Estas mudanças pressionaram as conta correntes do país (índice que coloca de um lado o que entra com a exportações, envio de dinheiros de residentes no exterior e de outro as importações, remessa de lucros, juros, etc) que passaram a apresentar grandes déficits.

O cobertor está encurtando

Durante um período, estes déficits foram cobertos com o dinheiro da venda de estatais por um lado, e de outro, com novos empréstimos e investimentos es-

Dívida interna: irmã gêmea da externa

A dívida interna acompanha diretamente o crescimento da dívida externa. Ela deu também um salto no governo FHC. Com o plano real a dívida passou de R$ 62 bilhões, em julho de 1994, para R$ 580 bilhões hoje. Ou seja, a dívida interna é quase tão grande quanto a dívida externa. Mas o seu pagamento é ainda mais pesado por ser feito na base de altíssimas taxas de juros. O governo paga 19% de juros e deve ser levado em conta que uma parte significativa (26,8%) desta dívida está dolarizada. Assim, cada vez que sobe o dólar, sobe também a dívida. Só nos primeiros cinco meses de 2001 foram gastos R$ 56,2 bilhões de juros desta dívida. Fazendo-se uma projeção linear até o fim do ano gastaremos R$ 134 bi.

A dívida interna aumentou nos dois mandatos de FHC por uma combinação de interesses. O governo precisava de reais para comprar os dólares que entravam através dos investimentos estrangeiros (assim não precisava simplesmente imprimir moeda e acelerar a inflação). As grandes empresas (dentre as quais em especial os bancos e fundos de investimentos) tinham assim uma forma fantástica de ganhar dinheiro, fazendo empréstimos no exterior a taxas de 7 a 8% ao ano e emprestando ao governo com juros muito maiores (3 ou 4 vezes superiores).

Somando-se o que o governo gastará este ano para pagar as dívidas interna e externa, chega-se a fantástica soma de US$ 83,4 bilhões, cerca de R$ 208,5 bilhões. Isso é sete vezes mais do que será aplicado em 2001 em saúde e educação juntos. Aqui está o grande estrangulamento da economia brasileira. A explicação da decadência do país, do apagão, da miséria do nosso povo.

trangeiros diretos no país. Chegaram a entrar no país de US$ 20 a 30 bilhões anuais de investimentos diretos, a maior parte deles dedicados a compra de estatais e empresas nacionais, sem agregar muita coisa a estrutura produtiva brasileira.

Mas este período é necessariamente limitado. Chega um dia em que não existem mais estatais para vender e que os fluxos de capitais deixam de vir. Já em 1999, ainda com privatizações a fazer, mas com a queda dos investimentos estrangeiros (com a crise na Rússia, houve uma retração geral dos investimentos), o governo foi obrigado a fazer uma maxidesvalorização do real. Recorreu também ao FMI, chegando a um acordo de US$ 41,5 bilhões.

Com a maxidesvalorização do real, não se conseguiu reverter o déficit comercial, mas os investimentos estrangeiros se tornaram ainda mais atrativos para a compra de empresas no país, chegando a US$ 30 bilhões no ano passado.

Mas agora só sobram poucas estatais para vender e entre elas está o Banco do Brasil e a Petrobrás, que teriam um alto custo político para serem concretizadas. Com a crise dos Estados Unidos e da Argentina os investimentos estrangeiros baixaram. O proprio governo admite que eles não passarão de US$ 17 bilhões este ano.

A bomba está armada

O que está ocorrendo no Brasil não é simplesmente um reflexo da crise argentina em uma economia sadia, como quer fazer crer o governo. Tampouco estamos perante um ataque especulativo (ou para ser mais precisos, ainda não). O que está ocorrendo é que uma crise semelhante a da Argentina está batendo na porta.

Vejamos as contas gerais do país para perceber a bomba que está sendo armada:

a) Neste ano devem ser pagos, só de parcelas da dívida externa, US$ 30 bilhões;

b) O déficit em conta corrente deve chegar a US$ 27 bilhões;

c) Os investimentos estrangeiros deste ano chegarão no máximo a US$ 17 bilhões.

Ou seja, estariam faltando cerca de US$ 40 bilhões para fechar as contas deste ano. Por isso o governo apelou novamente ao FMI, conseguindo um acordo de US$ 13,8 bilhões. Este remendo não resolverá o problema sequer até o próximo ano (ainda faltam cerca de US$ 26 bilhões para zerar o ano). O acordo adia a crise, mas agrava ainda mais o quadro em que ela se dará no futuro, porque este empréstimo aumenta a dívida, os juros a pagar,etc.

Está se armando assim uma crise da economia brasileira superior a do início de 1999. Primeiro porque existe hoje uma crise econômica internacional com a recessão nos Estados Unidos e Japão, agora chegando a Europa, e com a crise argentina detonando o Mercosul. Em segundo lugar porque já não existe a possibilidade de 1999, de reverter o quadro com uma maxidesvalorização, pois a crise internacional torna muito mais difícil aumentar as exportações e o fluxo de investimentos.

O novo acordo com o FMI aprofunda a dependência externa e dá um xeque mate no PT. O próximo governo eleito em 2002 (caso a economia não explodir até lá) terá de encarar, já em seu início, o dilema que encarou o governo De la Rua na Argentina: enfrentar o FMI ou se sujeitar integralmente. De la Rua fez uma campanha de oposição a Menen. Mas logo após tomar posse, aplicou um pacote de medidas idênticas as de Menem .

O pesadelo no Brasil é que o PT está sinalizando claramente que também se sujeitará.

Sérgio Koei

Manifestação contra dívida externa no último dia 20 em São Paulo

Não pagar a dívida é o caminho

Não existe forma de avançar em nada no país sem romper esta estrutura parasitária, a serviço dos grandes bancos e empresas estrangeiras. É preciso encarar a ruptura com o FMI e o não pagamento da dívida externa e interna como uma condição inicial para o desenvolvimento do país.

Existe um caminho que foi apontado pela maior e mais democrático debate já feito neste país sobre o tema. Em setembro do ano passado, 6.030.329 milhões de pessoas ou 5,7% do eleitorado brasileiro (dados do TSE referentes a 1998) responderam a um plebiscito sobre o que fazer com o FMI, com a dívida externa e interna. Os resultados foram os seguintes: 91,4% responderam que o Brasil não deveria manter o atual acordo com o FMI; 95,4% que o país não deveria seguir pagando a dívida externa sem antes realizar uma auditoria; 95,6% que o governo não deveria continuar utilizando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores.

Infelizmente, a orientação do PT, que tem a Lula como seu forte candidato as eleições de 2002, é oposta a estas posições do plebiscito. No 2° Congresso Nacional do PT de 1999, assim como no programa econômico da candidatura presidencial de 2002, este partido defende a continuidade dos acordos com o FMI, apontando apenas para uma renegociação.

Nós queremos propor ao PT e a candidatura de Lula uma correção clara de rumo: incorporar como parte do seu programa o resultados do plebiscito de setembro passado, não pagar a dívida externa e interna às grandes empresas! Romper os acordos com o FMI!

"Queremos construir uma Frente dos Trabalhadores"

*Nestas duas páginas, o metalúrgico José Maria de Almeida, o Zé Maria, pré-candidato à presidência da República pelo **PSTU**, fala da importância de um pré-candidato socialista como um instrumento de combate dos trabalhadores para propor que o PT rompa com a burguesia, encabece uma Frente dos Trabalhadores e para defender que Lula assuma um programa anticapitalista.*

Opinião Socialista — Qual é o objetivo do lançamento da sua pré-candidatura à presidência da República neste momento, quando estamos ainda a mais de um ano das eleições?

Zé Maria — O nosso objetivo é lutar pela constituição de uma Frente Classista, que agrupe os partidos do campo da classe trabalhadora e os movimentos sociais de nosso país.

"Queremos debater uma alternativa de classe e socialista para o Brasil"

Uma aliança classista, que rechace acordos com partidos e dirigentes da burguesia e que defenda um programa anticapitalista – oposto pelo vértice – ao que está sendo implementado em nosso país. Queremos debater um programa de esquerda, porque o programa apresentado hoje pelo PT é inaceitável. A Frente Classista, por outro lado, deverá ser, desde já, instrumento para colocar nas ruas a luta pelo Fora FHC e o FMI, já!

Nossa proposta é que esta Frente Classista seja encabeçada pelo companheiro Lula, ou outro candidato definido nas prévias internas do PT, com um vice do MST. Lula é sem dúvida o dirigente operário mais reconhecido em nosso país. E o vice do MST, além de materializar a aliança necessária entre os trabalhadores da cidade e do campo, emprestará à esta aliança tudo de radicalidade e de combatividade, que representam os sem-terra.

OS — Você fala em Frente Classista a serviço da luta pelo Fora FHC e o FMI. No entanto não tem sido esta a política defendida pela direção do PT. Na sua opinião, qual é a conseqüência que tem para os movimentos sociais a política de alianças e o programa que a direção do PT e Lula vêm defendendo?

Zé Maria – Lamentavelmente essa política da direção do PT tem sido um obstáculo a luta pelo Fora FHC e o FMI, pois ela subordina a atuação dos movimentos sociais à espera das eleições de 2002 e à defesa de um programa que não muda a situação de penúria e exploração em que vive nosso povo.

O presidente do PT, o deputado federal Zé Dirceu, em uma reunião com os metalúrgicos da CUT dizia que os sindicatos precisam ter equilíbrio em suas demandas, que não podem reivindicar do governo nada que um governo petista não pudesse atender, para não gerar, no futuro, contradições entre os movimentos sociais e um eventual governo do PT. O raciocínio da direção do PT parece ser o de que se evitaria o efeito De la Rua (presidente da Argentina) reduzindo drasticamente as expectativas de mudanças na vida das pessoas com o advento de um governo petista. Ou seja, o erro que o De la Rua cometeu não foi o de aplicar um programa neoliberal igual ao governo de Menem. Foi o de ter permitido que se criasse muitas expectativas de mudanças com o seu governo.

OS — Mas o programa econômico que a direção do PT apresentou recentemente já não sinaliza que pouca coisa pode mudar caso triunfe um governo petista?

Zé Maria — Sem dúvida isso é ainda mais grave, pois a proposta de programa apresentado pela direção do PT é de um programa capitalista e pró-imperialista, que entre outras coisas, propõe manter o pagamento da dívida externa, rejeita a "quebra de contratos", fala de "inserção soberana" na globalização, não propõe reestatizar as empresas privatizadas. Um programa de direita, elogiado até por FHC. Ora, aplicando-se um programa desses, nada vai mudar na vida das pessoas.

"Programa apresentado pela direção do PT é capitalista"

Ou seja, com este programa e com a concepção defendida pelo Zé Dirceu, não dá para os sindicatos e movimentos sociais reivindicarem quase nada. Nem dá para exigir o fim imediato do governo FHC, pois é preciso "respeitar as regras e o calendário institucional". E é essa também a razão fundamental pela qual o PSTU critica, a direção do PT.

OS — As prefeituras e governos petistas vêm em nível regional governando com o arco de alianças e projeto que o PT está defendendo para o Brasil. Você acha que este tipo de governo acumula forças na luta pelo socialismo? Como você vê a atuação dos governos petistas e que relação os movimentos sociais devem ter com eles?

Zé Maria — Acredito que esse tipo de gestão enfraquece a luta pelo socialismo. Por exemplo, ao aplicar e defender a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao pagar a dívida do município em prejuízo dos investimentos sociais, ao reprimir as lutas dos trabalhadores essas prefeituras e governos estaduais se assemelham ao que faz o governo federal. Governam com a mesma lógica dos governos da direita.

Os movimentos sociais devem exigir que esses governos rompam com a burguesia e seus

Sérgio Koei

Zé Maria

Uma trajetória de luta

José Maria de Almeida tem 43 anos, nasceu em Santa Albertina, interior de São Paulo, divisa com Minas Gerais. É operário metalúrgico desde os 13 anos de idade quando arrumou seu primeiro emprego em uma fábrica em Santo André.

Aqui vai um pouco da sua trajetória de luta e de defensor intransigente de um projeto socialista.

1975 Zé Maria começa a atuar no movimento operário em Santo André ainda sob uma brutal ditadura militar no país.

1977 Ainda sob a ditadura, durante a distribuição de um boletim sobre o 1° de maio, Zé Maria é preso pela primeira vez. Fica na prisão por 34 dias e é torturado.

1978 Em maio, é um dos organizadores da greve da Cofap. Em agosto participa do Encontro de fundação da Convergência Socialista, da qual já é então militante. Por conta disso, é preso novamente, desta vez, por 13 dias.

1979 É membro do comando da campanha salarial dos metalúrgicos de Santo André, no ABC, e participa ativamente da 1ª greve geral da categoria.

1979 Durante o Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em Lins, Zé Maria como delegado do sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, propõe a fundação de um Partido dos Trabalhadores.

1980 É preso junto com Lula e outros 10 dirigentes metalúrgicos do ABC durante nova intervenção da ditadura no Sindicato em função da greve geral da categoria. Foi processado pela Lei de Segurança Nacional e condenado, junto com Lula e os demais sindicalistas, a dois anos e meio de prisão. A pena acabou sendo anulada.

1980 Zé Maria participa do Encontro de Fundação do Partido dos Trabalhadores, no colégio Sion em São Paulo.

1982 É candidato a deputado estadual pelo PT em São Paulo.

partidos e que se transformem em instrumentos para a luta contra o neoliberalismo e o governo FHC.

OS — Como derrotar FHC e também as alternativas de oposição da burguesia como Ciro Gomes, Itamar, Garotinho?

Zé Maria — Estas chamadas "alternativas de oposição" que tem surgido por aí não passam de tentativas da classe dominante, da burguesia, de continuar aplicando o seu modelo neoliberal com uma outra roupagem.

Basta ver os nomes que encabeçam estas alternativas: Itamar Franco é verdadeiramente — como ele mesmo gosta de dizer — o pai do plano real. Foi o iniciador da aplicação deste famigerado projeto que está destruindo o nosso país. Realizou privatizações — lembram da CSN? — e ainda por cima foi também o principal ponto de apoio para a primeira eleição do FHC. Ciro Gomes foi um dos primeiros ministros da Fazenda na aplicação do plano real. Já Garotinho...bem, os professores, os servidores da área da saúde do Rio de Janeiro que o digam à luz da destruição destes setores o que está sendo promovido pelo governo carioca.

Por isso que a unidade dos trabalhadores em torno de um programa anticapitalista e anti-neoliberal é uma das formas de desmascarar e derrotar esses embustes e impor as mudanças que realmente interessam aos trabalhadores e pobres do país.

OS — Que mudanças seriam essas?

Zé Maria — Precisamos aplicar em nosso país um programa que defenda a ruptura com o FMI e com as negociações para a implantação da Alca, o não pagamento das dívidas externa e interna aos grandes agiotas, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, a reestatização das empresas que foram privatizadas e o fim do programa de privatizações, a estatização do sistema financeiro e das grandes empresas, investimentos maciços na saúde, na educação, na moradia popular, no transporte público, na produção de alimentos, etc.

Abandonar este programa para buscar alianças "amplas" com a oposição burguesa é um tiro no pé, pois coloca os trabalhadores a reboque do projeto da burguesia.

OS — E a juventude? Qual o lugar da juventude nesta luta, em sua opinião?

Zé Maria — O neoliberalismo tira da juventude aquilo que ela tem de mais bonito: os sonhos. A destruição do ensino público, a ausência de perspectivas de se conseguir um emprego e salários dignos, a inexistência de políticas públicas voltadas para a cultura e o entretenimento, a violência, etc, deixam aos jovens apenas a desesperança e a alienação.

Vamos fazer um chamado a todas as entidades dos estudantes a realizarem debates para discutir essa questão e a se somarem a campanha pela Frente Classista. Vamos conclamar a juventude brasileira a construirmos juntos, na luta, um futuro socialista para o nosso país.

OS — Uma pré-candidatura do PSTU não divide a esquerda?

Zé Maria – Pelo contrário, a pré-candidatura vem para lutar pela unidade da esquerda, em torno de uma única candidatura classista, sem alianças com a burguesia e com um programa anticapitalista. Esta é a forma correta de encarar este problema, pois o que pode sim dividir a esquerda é a política defendida hoje pela direção do PT.

"O que pode dividir a esquerda é a política da direção do PT"

A pré-candidatura será um instrumento para lutar contra essa política e, desde já, afirmamos a nossa disposição em retirar nossa pré-candidatura, para apoiar o candidato do PT, a depender do resultado dessa luta.

OS — Como você vê a luta por essa frente classista? É uma luta só do PSTU ou é possível que os movimentos sociais e outros setores de esquerda também a assumam?

Zé Maria — É uma luta de toda a esquerda socialista, de todos os lutadores classistas e/ou socialistas da classe trabalhadora e da juventude brasileira.

E nós queremos discutir com esses militantes, ativistas, com essas organizações, como podemos realizar juntos essa campanha pela Frente Classista.

Nós acompanhamos com atenção a luta de setores da base do PT para que o partido assumisse a bandeira do Fora FHC e o FMI em 1999. Toda essa militância, todos que são contra a conciliação de classes, todos que são a favor de uma transformação socialista em nosso país estão chamados a dar essa batalha junto conosco.

OS — A esquerda petista lançará nas prévias do PT um candidato e programa alternativos à Lula. O PSTU lança sua pré-candidatura. Você acha possível uma aliança de toda esquerda para tentar construir um Encontro ou Congresso do movimento operário e popular que discuta a formação de uma Frente dos Trabalhadores?

"Frente Classista é uma luta de toda esquerda socialista"

Zé Maria — Acho sim que é possível. Aliás, acho necessário. Nós iremos procurar os companheiros dos diversos agrupamentos da esquerda petista para discutir iniciativas que possamos encaminhar juntos. É de interesse mútuo levar a uma mudança na posição da direção do PT. A idéia de um encontro, com ampla participação de militantes e ativistas das lutas, seria uma boa iniciativa.

OS – Que referências e aliança internacional o PSTU defende para toda a esquerda socialista?

Zé Maria — O PSTU busca relações internacionais com todas as organizações socialistas e revolucionárias que lutam contra o capitalismo e pela construção do socialismo. A globalização capitalista vem reafirmar com muita intensidade a necessidade do internacionalismo proletário, a vigência do caráter internacional da luta pela libertação da classe trabalhadora do jugo capitalista.

Neste sentido, vemos com muita simpatia o crescimento da esquerda socialista na França, particularmente da organização *Lutte Ouvriere,* que aparece com um peso considerável – chega perto dos 10% — para a disputa das próximas eleições presidenciais naquele país.

OS — Como será feita a campanha da sua pré-candidatura e que expectativa você tem com ela?

Zé Maria — A campanha será feita nas lutas, nos locais de trabalho, nos movimentos sociais. E em aliança com todos os ativistas, movimentos e organizações que se dispuserem a levar essa batalha junto conosco.

Vamos promover debates, discussões, agitação política nos locais de trabalho; vamos propor aos sindicatos, aos movimentos sociais, à organizações da juventude, que promovam debates e discussões sobre este tema.

E a minha expectativa é aglutinar um amplo setor da esquerda socialista brasileira, constituindo um forte pólo de luta pela constituição da Frente Classista, avançando na construção da alternativa socialista e revolucionária para o nosso país. Vamos à luta!

Renato Benvenutti

1983 É delegado no Congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).
1984 Não tendo mais como conseguir emprego no ABC paulista, muda-se para Minas Gerais.
1987 É eleito diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e também da CUT/Minas Gerais.
1988 Eleito primeiro presidente da então recém-fundada Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais.
1989 É o principal dirigente da greve com a ocupação da Manesmann, que durou 11 dias, em Belo Horizonte.
1990 É candidato a deputado federal pelo PT em Minas Gerais.
1991 É pela primeira vez eleito para a Executiva Nacional da CUT.
1992 Junto com a Convergência Socialista é expulso do PT por defender o Fora Collor.
1994 Participa do Congresso de fundação do PSTU e desde então é membro de sua direção nacional. É reeleito para a Executiva da CUT.
1995 Como dirigente da CUT participa diariamente da greve e do comando nacional de greve dos petroleiros, trabalhadores em estatais e servidores públicos federais.
1996 Faz parte da direção de inúmeras manifestações contra as Reformas de FHC. É um dos fundadores do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) na CUT.
1998 É candidato à presidente da República pelo PSTU.
1999 Como membro da Executiva da CUT participa ativamente da construção da marcha dos 100 mil à Brasília e é um dos coordenadores do Movimento Fora FHC e o FMI.
2000 Participa ativamente das principais greves contra o governo, o FMI e a patronal.

METALÚRGICOS *Evento contou com 216 delegados*

Congresso de São José aprova frente classista

Jocilene Chagas,
de São José dos Campos

Com a participação de 216 delegados, o 6º Congresso dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região aprovou, com mais de 80% dos votos, o apoio a uma frente classista encabeçada por Lula com um vice do MST para construir um governo dos trabalhadores, sem patrões. Delegados da *Articulação Sindical*, do PT, votaram contra e delegados da *Alternativa Sindical Socialista (ASS)* se abstiveram.

Com o tema "*Contra o neoliberalismo, globalizar as lutas*", o 6º Congresso foi realizado nos dias 4 e 5, em Caraguatatuba. Este foi o maior Congresso desde a fundação do Sindicato, o que representa um avanço na organização dos trabalhadores do Vale do Paraíba.

A necessidade de intensificar a campanha pelo Fora FHC e o FMI foi um dos pontos de destaque na discussão sobre conjuntura nacional. Na avaliação da maioria dos delegados, não dá para esperar até 2002 para mudar a situação do país.

Os metalúrgicos aprovaram a construção de uma greve geral com o objetivo de barrar os ataques promovidos por FHC para obedecer as ordens do FMI.

No campo sindical, foi aprovada a organização da Federação Nacional dos Metalúrgicos Democrática e Combativa, para se contrapor ao sindicato nacional orgânico, criado pela *Articulação Sindical*.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região e militante do **PSTU**, Luiz Carlos Prates, o Mancha, esse Congresso referendou a política da atual diretoria da entidade. "*A grande participação de trabalhadores de base demonstra o crescimento da organização no local de trabalho; as resoluções referendaram a política da atual diretoria de enfrentamento com o governo. Sem dúvida, é uma grande vitória*", disse Mancha.

A necessidade da globalização das lutas foi referendada pelos delegados, que aprovaram a participação do Sindicato na campanha contra a implantação da Alca e rejeitaram qualquer apoio ao Mercosul.

Os delegados aprovaram a campanha contra a Alca e uma moção de repúdio ao assassinato do estudante Carlo Giuliani, ocorrido durante protesto contra a globalização em Gênova, Itália.

Entre as resoluções do ponto internacional, os metalúrgicos decidiram que o Sindicato seguirá repudiando ao Plano Colômbia e, no Oriente Médio, manterá seu apoio ao povo palestino.

Manuel Pereira

Plenário do Congresso dos metalúrgicos

PSTU faz 39 filiações

O 6° Congresso dos Metalúrgicos foi também um importante salto na construção do partido. Foram feitas 39 filiações e vendidos 55 jornais, além da venda da revista Marxismo Vivo e outras publicações. Para a dirigente da regional de São José dos Campos, Karin Andréa Bottini, só foi possível realizar essas filiações devido ao empenho dos dirigentes sindicais. "*Todas as filiações foram feitas por sindicalistas. Isso demonstra que é possível construir o partido e avançar no trabalho sindical*", ressaltou Karin. O debate com o dirigente nacional do PSTU, José Maria de Almeida, o Zé Maria, contou com a participação de cerca de 80 pessoas. A discussão sobre uma alternativa de classe para os trabalhadores foi o centro da discussão. (J.C.)

MOVIMENTO

Sindicatos preparam campanha unificada

A luta pela ampliação de direitos, aumento salarial e a campanha pelo Fora FHC e o FMI uniu os sindicatos de metalúrgicos da esquerda da CUT. Em seminário sobre a campanha salarial deste ano, realizado em São José dos Campos, participaram 130 ativistas dos sindicatos de São José, Campinas, Limeira, Santos e Jaguariúna.

Há três anos os sindicatos de São José, Campinas e Limeira vêm realizando campanha salarial independente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT por serem contrários a flexibilização de direitos, implantação de banco de horas e redução de salários,

Este ano, esse bloco ganhou reforço com a integração dos sindicatos de Santos, que tem data-base diferente, e Jaguariúna, ligada a Corrente Sindical Classista (CSC). Juntos, os cinco sindicatos representam mais de 100 mil metalúrgicos do Estado de São Paulo.

Para o vice-presidente do Sindicato de São José e militante do PSTU, Adilson dos Santos, o Índio, "*o trabalhador está consciente de que a situação da classe não vai mudar se este governo continuar. Por isso, além da luta por salário é preciso mostrar que a culpa da crise pela qual passa o país é do governo FHC, que ataca os direitos dos trabalhadores para atender as ordens do FMI*". **(J.C.)**

MOVIMENTO

Chapa da esquerda cresce no Metrô/SP

Luciana Araújo,
da redação

A chapa Alternativa Sindical de Base, que concorreu entre os dias 23 a 27 de julho na disputa da convenção cutista do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, conseguiu um crescimento de 25% na composição da chapa da CUT que agora concorrerá à direção do sindicato. O grupo que compõe a chapa (PSTU, simpatizantes do PT e independentes) deu um salto de cinco para 13 diretores nas 52 áreas de trabalho.

A chapa 2 – Alternativa Sindical de Base *indicou para a presidência da chapa cutista o metroviário Sérgio Carioca (militante do PSTU) que obteve 1.288 votos, totalizando 31,13%. O candidato da chapa 3, ligada à Articulação Sindical e PSB, recebeu 689 (16,65% dos votos). O representante eleito para assumir a presidência da chapa cutista foi indicado pela chapa 1 – Unidade e Luta (atual maioria do sindicato, ligada ao PCdoB/CSC), Godói recebeu 2.161 ou 52,22% dos votos da categoria.*

Para Sérgio Carioca, "o processo de conjunto é vitorioso porque é muito democrático. O nosso é um dos poucos sindicatos no país que tem esse critério, em que a base escolhe os diretores entre os mais votados das chapas concorrentes, com um critério proporcional ao número de trabalhadores da área de trabalho. O número de votantes na eleição também demonstra a força da categoria. Por outro lado, o resultado da chapa 2 também foi vitorioso".

No Metrô de São Paulo as chapas do campo da Central Única dos Trabalhadores são montadas em eleição realizada na base. Dessa votação, participaram 4.510 trabalhadores. Montada a chapa da CUT, acontece nova eleição para formalizar a diretoria do Sindicato dos Metroviários. Hoje, o Metrô de São Paulo tem cerca 7 mil trabalhadores e quase 6 mil são sindicalizados.

"Este ano, pela primeira vez na história da categoria haverá disputa para a montagem da diretoria. A chapa montada a partir do resultado da convenção cutista é a chapa 1. Mas o PSDB, com apoio da Força Sindical, montou uma outra chapa para concorrer às eleições oficiais de setembro. Fazemos um chamado à CUT para que assuma a tarefa de fortalecer a chapa cutista nesse enfrentamento.", *completa Sérgio.*

Funcionalismo vai à greve por reajuste ainda este ano

Servidores federais vão parar dia 22

Luciana Araujo,
da redação

A plenária nacional do funcionalismo federal realizada no último dia 5 em Brasília aprovou a entrada em greve por tempo indeterminado a partir do dia 22 de agosto. Além dos servidores das universidades federais e do INSS, que já estão paralisados desde o dia 25 de julho e 8 de agosto, respectivamente, vão aderir à greve nacional os professores universitários, a base da Confederação Nacional dos Servidores Federais (Condsef) e do IBGE.

Os servidores exigem o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, que garante a data-base da categoria, e o reajuste de 75,48%. Além disso, todas as categorias têm reivindicações específicas que são parte da campanha salarial dos diversos setores do funcionalismo. Mais de 300 sindicalistas participaram da plenária, representando 11 sindicatos nacionais.

Nas universidades, a greve dos servidores ganha força. Segundo Rogério Marzola, diretor da Federação de Sindicatos de Trabalhadores nas Universidades Brasileiras (Fasubra), militante do **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)** e do **PSTU**, *"a greve vem crescendo. Desde o dia 17, os servidores da Universidade Federal de São Carlos já estavam parados. No dia 25 começou a greve geral e hoje já são 30 universidades paralisadas. Existe um processo de radicalização, com fechamento de hospitais universitários e centros de processamentos de dados. As reivindicações são a reposição salarial, autonomia com democracia, plano único de carreira e salários, defesa dos hospitais universitários, contra a lei do emprego público".*

Ronaldo Barroso

Plenária dos servidores federais no último dia 5

Calendário de atividades

15/8	Ato unificado em frente aos fóruns da Justiça Federal nos estados contra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, pelas reivindicações do funcionalismo e em solidariedade aos servidores da Justiça Federal.
15 e 16/8	Paralisação nacional do Judiciário Federal.
17/8	Ato de lançamento da campanha salarial unificada.
19/8	Plenária nacional da seguridade social.
20 a 26/8	Atos estaduais da Confederação dos Trabalhadores em Seguridade Social (Condsef)
22/8	Início da greve dos servidores públicos federais.

Os servidores das universidades também lutam contra a retirada da gratificação de atividade executiva (GAE). Pela proposta do governo, os servidores do executivo perderiam de cara 20% dos salários e a GAE seria substituída pela gratificação que condiciona os salários ao desempenho e pode levar a uma redução salarial de até 50%. Rogério afirma ainda que *"Os companheiros da Associação Nacional dos Servidores da Vigilância Sanitária estiveram na plenária e afirmaram que vão se somar à nossa luta, buscando fechar as fronteiras do país, portos e aeroportos".*

Os servidores do Judiciário Federal também estão preparando a construção da greve unificada. *"Vamos trabalhar para que a paralisação nacional de 48 horas que a categoria vai fazer nos dias 15 e 16 aconteça com força em todo o Judiciário Federal. Se esses dias forem fortes como pretendemos, vamos chamar a unificação com os demais servidores"*, afirma Ana Luiza de Figueiredo Gomes, coordenadora da Federação Nacional dos Trabalhadores no Judiciário Federal (Fenajufe).

"Precisamos unificar as campanhas salariais"

O Opinião Socialista conversou com José Henrique Martini, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Seguridade Social (CNTSS) e do Sindsprev-DF, e militante do PSTU e do MTS.

OS – A partir das resoluções da plenária, quais são as perspectivas da greve?

José Henrique – A plenária foi muito boa, muito unitária. Agora, a tarefa é garantir o crescimento da greve para potencializar a possibilidade de vitória na conquista do reajuste ainda este ano. A greve deste ano, ao que tudo indica, será mais forte que no ano passado.

OS – Quais foram as principais resoluções da plenária?

José Henrique – Em primeiro lugar, a deflagração da greve por tempo indeterminado a partir de 22 de agosto. Também foram aprovados como eixos da campanha a reposição das perdas salariais; concurso público pelo Regime Jurídico Único (RJU) contra a lei de emprego público de FHC; incorporação das gratificações, pela manutenção dos direitos dos aposentados, contra a PEC 136; defesa dos direitos sindicais. Além disso, foi consenso que a greve dos servidores, por mais forte que seja, precisa da unidade do conjunto dos trabalhadores e do apoio da CUT. Por isso, aprovamos fazer uma discussão com a Central para que construa uma greve geral para a primeira quinzena de setembro, que unifique as reivindicações de todas as categorias em campanha salarial, contra as demissões e pelo Fora FHC e o FMI.

Servidores cobram explicações do PT

A plenária dos servidores federais também aprovou encaminhar ao Partido dos Trabalhadores e à bancada do PT no Congresso Nacional um pedido de explicação sobre o posicionamento público contra o funcionalismo que o partido vem assumindo perante a imprensa. Na semana passada o Jornal Nacional e o Jornal da Globo veicularam entrevistas dos deputados federais petistas, José Genoíno e Aloísio Mercadante, em que ambos afirmaram entender os motivos do governo FHC não conceder reajuste linear aos servidores públicos federais. Os dois parlamentares também disseram que FHC estaria correto. (L.A)

Renato Benvenutti

Plenária aprovou greve geral

A plenária dos servidores aprovou ainda uma resolução exigindo apoio da CUT e que a Central aproveite as campanhas salariais das três maiores categorias do setor privado do país agora no 2º semestre para construir uma greve geral para a primeira quinzena de setembro. No próximo dia 17 os servidores federais vão participar do ato de lançamento da campanha salarial unificado, que acontecerá na Avenida Paulista, em São Paulo. No próximo 13 está convocado um seminário do Fórum Nacional de Lutas que vai reunir sindicalistas de todo o país.

Mais de 7.500 famílias querem moradia e produção de alimentos

Sem-teto massificam ocupação em Guarulhos

Sirlene Maciel,
especial para o Opinião Socialista

Na madrugada do dia 19 de maio, cerca de 100 famílias de sem-teto ocuparam uma área de 1.139.000 m² no bairro de Bom Sucesso, no município de Guarulhos em São Paulo. A intenção dos trabalhadores é de utilizar a área que estava abandonada para a construção de casas populares e também para produzir alimentos. O proprietário entrou na justiça pedindo reintegração de posse, e conseguiu uma liminar, porém, segundo Sérgio Augusto Pinto Oliveira, um dos advogados que defende o movimento "o sindicato dos advogados de São Paulo entrou com um recurso, conseguimos que fosse suspensa temporariamente a liminar de reintegração, mas somente até o julgamento do recurso".

Mas desde a ocupação o movimento massificou-se de forma impressionante. Após 35 dias de ocupação, já se instalaram 7.500 famílias e existem outras 4.500 cadastradas. O acampamento ganhou o nome de Anita Garibaldi.

O **Opinião Socialista** *entrevistou um dos líderes da ocupação, Jota, que é parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que organiza essa luta.*

Opinião Socialista – Como vocês estão conseguindo organizar essas 7.500 famílias nessa ocupação?

Jota — Nos organizamos em brigadas, temos 300 coordenadores, cada um representando de 30 à 40 famílias. Para alimentação estamos recebendo ajuda da igreja, dos sindicatos, existe uma cozinha coletiva, porém os alimentos estão sendo insuficientes.

OS — Vocês temem que a polícia tente tirar vocês do terreno de qualquer jeito?

Jota — O terreno pertence ao dono do cartório, a polícia de Guarulhos está a mercê do juiz, mas ela não tem número de policiais suficientes. Para nos tirar daqui, precisa pedir ajuda aos policiais de outras regiões. Mas o movimento precisa crescer politicamente, por isso, convidamos todos os partidos políticos para ajudar a luta.

OS – O prefeito de Guarulhos, Elói Pietá do PT, tem apoiado a luta? Ele apareceu no acampamento?

Jota — O prefeito tem dado algumas declarações a favor do movimento, e fala até em parceria com o CDHU para viabilizar a desapropriação da terra. Ele não apareceu no acampamento.

OS — Qual o projeto de vocês para esse terreno?

Jota — Nós queremos construir nessa área, um grande conjunto habitacional e destinar um espaço dessa terra para a produção agrícola de subsistência, para que os trabalhadores tenham acesso a todos os alimentos, que não tem ganhando o mísero salário. Esse é o nosso projeto: moradia, alimentação e trabalho (para a produção das hortas e construção das casa populares). Para viabilizar o projeto pretendemos fazer parcerias com a prefeitura e as Organizações Não-Governamentais.

OS — Qual o recado que o MTST tem a dar aos trabalhadores que nunca tiveram moradia digna?

Jota – Em primeiro lugar, nenhum sem-teto pode se contentar morando em favela, ou em outra situação de calamidade, numa região onde tem uma grande quantidade de latifúndio urbano que não cumpre uma função social. Esse é o elemento para sustentar a nossa imprescindível indignação. Em segundo lugar, não aceitar o projeto imobiliário do poder público e das instituições que transformam a moradia em mera mercadoria, que determina que quanto maior o número de sem-teto mais caro é o preço da moradia.

E terceiro, acreditar que a única possibilidade de se resolver esse nosso problema é fazer ocupações massivas tanto das terras como dos prédios públicos e privados desocupados e partindo disso travar uma luta política para que nós trabalhadores sejamos donos definitivamente daquilo tudo que produzimos. E isso só acontece através do poder político nas mãos dos trabalhadores.

Esclarecendo a saída de Lindberg Farias

Publicamos aqui na íntegra as notas a imprensa de Lindberg Farias e da Direção Nacional do PSTU. Ambas são suficientemente esclarecedoras sobre as razões políticas que levaram Lindberg a sair do PSTU e aderir ao PT.

Nota à imprensa de Lindberg Farias

Tomei a decisão de me integrar ao PT e me desfiliar do PSTU.

Apesar de considerar o PSTU e os companheiros que o integram, revolucionários e parte fundamental da esquerda brasileira, que, portanto, merecem o respeito de todos os lutadores e combatentes desse país.

O PSTU é um projeto legítimo, honesto, do qual fiz parte, mas não me vejo neste momento em condições de compartilhar da luta desses companheiros.

Considero que hoje, minha melhor contribuição aos trabalhadores e à juventude é – como parte do esforço por eleger Lula em 2002 —, viabilizar também um mandato parlamentar, que me permita uma localização privilegiada para derrotar FHC, esse projeto neoliberal e avançar na luta dos trabalhadores.

Rio de Janeiro,
27 de julho de 2001
Lindberg Farias

Nota à imprensa do PSTU

Diante da decisão do companheiro Lindberg Farias de romper com nosso partido e filiar-se ao PT, o PSTU tem a dizer o seguinte:

Apesar de respeitar a trajetória do companheiro como líder do Fora Collor, o PSTU considera um gravíssimo erro sua decisão de integrar o PT para apoiar de forma incondicional a candidatura Lula e garantir um mandato parlamentar.

O PSTU está lançando Zé Maria de Almeida – membro da Executiva Nacional da CUT – como pré-candidato à Presidência da República, justamente para debater com os trabalhadores a necessidade de Lula e do PT romperem os acordos que vêm construindo com a burguesia, assumirem um programa anticapitalista de ruptura com o FMI e formarem uma Frente dos Trabalhadores.

Para a classe trabalhadora é necessário que Lula encabece uma Frente dos Trabalhadores, tenha como vice um líder do MST (e não um ex-presidente da Fiemg), defenda um programa de ruptura com o FMI e assuma o compromisso de, no governo, não pagar a dívida externa, anular as privatizações, impedir a Alca e garantir as reivindicações dos trabalhadores e sem-terra.

Se Lula e o PT se dispuserem a conformar uma Frente Classista e assumir o programa do movimento operário e popular, retiramos nossa pré-candidatura e, sem dúvida, nos somaremos desde o 1º turno à candidatura Lula.

Mas, nós do PSTU, nos recusamos a dar um cheque em branco à Lula. Apoiar Lula incondicionalmente, aceitando as alianças e programa atuais e integrar o PT neste momento, implica em ser conivente com a estratégia da direção do PT. Esta é de garantir a governabilidade de FHC até 2002 e, nas eleições, apresentar um projeto de governo, que poderá desembocar numa versão brasileira de Fernando De La Rua – atual presidente Argentino, eleito com uma plataforma como a que o PT está apresentando.

Outro gravíssimo erro de Lindberg é privilegiar a conquista de um mandato parlamentar em detrimento da ação direta e da defesa de um programa e projeto socialista para o país.

As mudanças substanciais que os trabalhadores necessitam não virão do parlamento, mas da mobilização de milhões de trabalhadores que, para conquistar suas reivindicações, garantam a ruptura com esse modelo e acabem com a verdadeira recolonização imperialista que vem sofrendo o Brasil.

Optar de forma incondicional por um projeto de oposição eleitoral, que não rompe com o modelo que FHC e o FMI impuseram ao país, levará no futuro a classe trabalhadora a grandes decepções. As gestões petistas nas prefeituras e governos estaduais, confirmam dramaticamente o que afirmamos.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Administrando o capitalismo em crise

Bernardo Cerdeira,
membro da direção nacional do PSTU

Sérgio Koei

O Partido dos Trabalhadores é um dos maiores partidos de esquerda do mundo. Nos últimos anos essa influência tem se expressado na conquista de três governos estaduais e 187 prefeituras, incluindo o Estado do Rio Grande do Sul e cidades como São Paulo, Porto Alegre e Recife. O "modo petista de governar", como a própria direção do partido o chama, é apresentado como um modelo de governo popular e democrático, onde se destacam o Orçamento Participativo e as chamadas políticas sociais compensatórias: renda mínima, bolsa-escola, primeiro emprego e outras.

No entanto, a realidade observada pela população dos municípios e estados governados por administrações petistas é bem diferente dessa imagem idílica. Esses governos estão definindo políticas e aplicando medidas que não diferem do receituário neoliberal. São medidas exigidas pelo FMI, as mesmas que vem sendo tomadas por FHC e seus aliados. Os exemplos são abundantes.

Como patrões do funcionalismo público, os governos petistas praticam o arrocho salarial para seus funcionários e aumentos diferenciados para a burocracia governamental. Foi o que fez Marta Suplicy em São Paulo, chegando a dar 40% de reajuste para os cargos de confiança e 0,7% para os funcionários. Há casos extremos como o do prefeito de Diadema que tentou diminuir o salário dos funcionários públicos e reprimiu os que se mobilizaram contra.

Governos do PT estão aplicando políticas de privatização

As administrações petistas mantêm, favorecem e aplicam políticas de **privatização** nos órgãos do estado que dirigem. O exemplo mais claro é o de São Paulo onde o governo Marta está mantendo o rumo de privatização do sistema de Saúde transformando-o num sistema de autarquias. A administração paulistana também está **terceirizando** todo o sistema de creches assim como o fornecimento e preparação da merenda escolar.

Ao mesmo tempo, favorecem um setor da burguesia através dos contratos, licitações, concessões e permissões para a exploração de determinados serviços públicos. Em São Paulo, a Vega-Sopave e outras empresas de limpeza urbana, que contribuíram generosamente com a campanha eleitoral de Marta Suplicy, foram beneficiadas com seguidos contratos de emergência sem licitação.

Aparentemente, programas como o da renda mínima e da bolsa-escola seriam passos em direção a uma melhor distribuição de renda, mas isso é totalmente ilusório. As chamadas medidas sociais compensatórias não passam também de políticas neoliberais recomendadas pelo Banco Mundial. Na verdade, essas medidas que não compensam nada porque são paliativas, estão muito longe de resolver o problema. Significam apenas concessão de migalhas.

O "senso comum" diria que é um passo à frente para sair da miséria, mas o problema é que depositar essa esperança em ações "beneficentes" do Estado burguês só leva à paralisia dos trabalhadores e dos setores populares. Não é por acaso que os governos petistas não estimulam e nem sequer apóiam a organização e a luta operária e popular.

Afinal, por que os governos petistas adotam políticas opostas aos interesses dos trabalhadores que dizem defender? O problema é que a direção do PT governa dentro das normas do Estado burguês. Ora, na atual crise do capitalismo mundial, o imperialismo, através do FMI, obriga o Estado brasileiro a pagar rigorosamente a dívida externa aos grandes banqueiros internacionais. Para isso, os estados e municípios devem cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que os obriga a pagar as dívidas estaduais e municipais, fazendo os ajustes fiscais necessários para isso. Por isso a direção do PT apóia a LRF. Seus governadores e prefeitos propõem algumas mudanças, mas que não alteram a essência da lei. Os governos petistas não só estão de acordo como realizam ajustes fiscais. O exemplo mais claro é a reforma administrativa de Zeca do PT em Mato Grosso do Sul, que demitiu funcionários e retirou conquistas.

Os governos do PT também aceitam sem questionamento a necessidade de respeitar os acordos com o governo federal e o FMI e pagar as dívidas estaduais e municipais. Ou seja, quem aceita governar sob essas regras está obrigado a administrar a crise do capitalismo penalizando os trabalhadores.

Governando com o inimigo

A direção do PT afirma que seus governos não são e nem podem ser governos socialistas porque no Brasil existe um sistema capitalista e um Estado nacional burguês.

Seria utópico e ridículo pretender construir um "socialismo municipal" ou "estadual" dentro de um Estado nacional burguês e capitalista. No entanto, é preciso discutir qual o papel da esquerda no poder.

Em primeiro lugar, qualquer governo popular tem que assumir uma posição clara em relação ao governo nacional, transformando-se em fortaleza da oposição e instrumento de luta contra "o poder central da burguesia", representado pelo governo FHC.

A direção do PT afirma que depois de uma eleição não há mais situação ou oposição. Os governos estaduais ou municipais eleitos devem representar toda população. Essa concepção é produto de uma lógica de ferro: "se governamos dentro do capitalismo e do estado burguês, é preciso aceitar as suas regras mesmo quando prejudicam ou atacam os trabalhadores. Estes devem cumprir seus deveres e aceitar sacrifícios". Abrigando-se sob essa justificativa, os governos petistas aplicam políticas e medidas opostas às aspirações dos que os elegeram e aos princípios que eles mesmos dizem defender.

Exaltam a democracia-burguesa, mesmo sabendo que este regime é uma "democracia dos ricos", antidemocrática para os pobres. Defendem também as instituições do Estado burguês cujo objetivo central é proteger a propriedade privada dos ricos. Por isso, as administrações petistas querem armar as Guardas Municipais, defendem uma política de segurança baseada na repressão e criam disk-denúncia contra invasões de terreno.

É possível outro modo de governar, mesmo dentro do Estado burguês? Sem dúvida. Seria preciso implantar um governo dos trabalhadores, sem partidos burgueses nem empresários, baseado em Conselhos Populares e que governe para os trabalhadores e o povo pobre.

Os Conselhos Populares deveriam ser organismos de luta contra o governo federal e estadual; organismos da classe trabalhadora e dos setores populares sem a presença da burguesia; com eleições democráticas pela base, em sindicatos e bairros populares; de caráter deliberativo.

Um governo destes é perfeitamente possível, mas exigiria do PT uma lógica política oposta: a de romper com o imperialismo e lutar contra o capitalismo e o Estado burguês, para destruí-los. (B.C.)

MOVIMENTO *Jovens participam com peso em protestos contra globalização*

Juventude contra o neoliberalismo

Anazaré Teles

Nas ruas, nas praças, jovens de todo o mundo começam a se levantar contra o neoliberalismo e a globalização da economia. As manifestações de Seattle, Quebec, Washington, Praga, Nice e Gênova começam a gerar um movimento político de grandes proporções, fazendo com que as reuniões dos organismos internacionais imperialistas fiquem cada vez mais difíceis de serem realizadas. Essas manifestações são parte da luta da juventude contra os efeitos das políticas neoliberais e da globalização da economia.

No Brasil, por exemplo, a privatização da educação vem acabando com a perspectiva de uma formação profissional crítica e transformadora, em troca de uma educação profissionalizante, rápida, fragmentada, voltada para o mercado, com o objetivo de gerar mão-de-obra barata e transformar os países em meros consumidores de tecnologia estrangeira.

Por outro lado, vem crescendo a luta do movimento estudantil em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Essa luta é contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas; contra a reforma do ensino técnico que leva a mudanças nos currículos e criação de cursos modulares e seqüenciais; contra a falta de professores e a superlotação das salas de aulas na rede pública estadual e municipal; contra o sistema de avaliação do governo FHC, que instituiu o Provão e o Enem; por mais verbas para a educação, contratação de professores e uma avaliação de verdade.

Também a privatização das empresas estatais está questionada. As privatizações geraram demissão de trabalhadores, redução dos salários, aumento das tarifas e piora na qualidade dos serviços. Isso faz com que a falta de perspectiva seja a regra para a juventude, que vê seus pais serem demitidos e não consegue emprego, mesmo com um diploma universitário nas mãos.

No terreno cultural, o monopólio do mercado pelas grandes empresas e meios de comunicação gerou uma cultura extremamente alienante e preconceituosa, que impede o surgimento de qualquer tipo de produção artística que não esteja a serviço do lucro, dos recordes de venda, das paradas de sucesso, dos estereótipos de beleza e comportamento. Além disso, o tráfico de drogas e a violência policial, matam milhares de jovens todos os anos, seja devido ao vício, seja pela guerra entre traficantes ou chacinas feitas pela polícia na periferia das grandes cidades.

Unidade com a classe trabalhadora é o nosso caminho

Esses dois fenômenos geraram no Brasil fortes movimentos de contestação cultural, como o movimento Hip-Hop, o grafite, o rap, que denunciam as condições de vida na periferia e a máfia da indústria cultural brasileira.

A juventude brasileira também protagoniza grandes lutas políticas, como a luta contra a ditadura, que culminou no processo das Diretas-já e na queda do governo militar; a campanha pelo Fora Collor em 1992, que levou à derrubada do governo; e hoje a luta pelo Fora FHC e o FMI, contra o apagão e pela cassação de Jader e dos políticos corruptos.

Mas a luta da juventude brasileira não tem futuro se ficar isolada e voltada para si mesma. A juventude tem tido um importante papel histórico nas principais transformações de nosso país, sempre que soube se ligar ao movimento sindical e operário, unificando suas ações e politizando as lutas.

Neste 2º semestre estamos iniciando uma série de mobilizações importantes, como a greve dos funcionários das universidades que começou no dia 25 de julho; a campanha salarial de várias categorias a partir do dia 17 de agosto; a greve geral do funcionalismo público federal, que se inicia no dia 22; as greves do funcionalismo estadual e municipal em vários estados.

É fundamental unir essas lutas, na perspectiva de derrotar o governo FHC, da ruptura com o FMI e com a Alca, sem esperar as eleições de 2002 e sem ter expectativas em setores burgueses que têm diferenças pontuais com FHC.

Mas a política que vem defendendo os principais partidos de esquerda, o PT e o PCdoB, de subordinar a juventude e os trabalhadores a uma frente ampla com setores da burguesia só trará derrotas, pois nenhum desses setores jamais esteve junto com a juventude nos principais momentos de sua luta, pelo contrário, defendem e aplicam o mesmo projeto de privatizações, fome e miséria nos estados e cidades onde governam, como Garotinho no Rio de Janeiro, Itamar Franco em Minas e Ciro Gomes, que foi ministro da Fazenda quando Itamar foi presidente.

Um mundo socialista é possível

Acreditamos, como socialistas, que a saída para os problemas da juventude não se dará nos marcos do sistema capitalista. Isso porque o capitalismo, como sistema baseado na exploração de uma classe sobre outra, sobrevive apenas com a condição de fazer com que os trabalhadores e a juventude paguem o preço de suas crises econômicas, como a que estamos vivendo agora, de recessão da economia norte-americana e japonesa e crise aguda na Argentina.

O capitalismo só pode existir aumentando cada vez mais a miséria, o desemprego, reduzindo os salários, destruindo os serviços públicos, acirrando a violência, o preconceito racial, de gênero, e de opção sexual, concentrando de forma sem precedentes o capital nas mãos das empresas multinacionais, centralizando o poder econômico, político e militar nas mãos do imperialismo, em particular o norte-americano.

Por isso, é urgente transformar o atual movimento anti-globalização e anti-neoliberal, em um movimento contra o capitalismo, que denuncie não só os organismos internacionais como o FMI, a OMC, o G-8, a ONU e a OTAN, mas o próprio imperialismo, os parlamentos nacionais, e as eleições como forma de manutenção da ordem social.

Como dizia o manifesto *Um mundo socialista é possível*, aprovado pela juventude presente no 1° Fórum Social Mundial: *"É necessário afirmar uma alternativa de conjunto ao sistema de produção de mercadorias. Essa alternativa passa pela construção de um mundo onde não haja mais exploração do homem pelo homem, onde a produção e distribuição de riquezas não sejam mais monopólio de proprietários privados. (...), ou seja, um mundo socialista."*

Dívida externa argentina já é 44% do seu PIB

A Argentina é o Brasil... amanhã

José Weil,
especial para o Opinião Socialista

A Argentina é o exemplo mais avançado, entre os nossos vizinhos, das conseqüências para o país e a população do processo de submissão ao capital financeiro internacional e o FMI.

Porém, não nos iludamos, a situação argentina, embora muito mais grave que a brasileira é parte de um processo que envolve toda a América Latina. Como informa a agência *CNN* de 22/7/01: "*A Cepal previu também que a conta corrente da balança de pagamentos regional fechará o ano com um déficit de uns US$ 58 bilhões, equivalente a 3% do PIB da região. A balança comercial também anotaria um saldo negativo de US$ 21 bilhões, como resultado de exportações de bens e serviços de US$ 425 bilhões e importações em um total de US$ 446 bilhões*". No caso da Argentina, a previsão é de uma contração de 1% este ano.

Na Argentina, até o petróleo foi entregue com a venda da YPF. A dívida externa supera hoje os US$ 128 bilhões, mais de 44% do PIB do país! A submissão colonial é tanta que os últimos decretos de Cavallo, o pacote chamado de Déficit Zero, garantem pagar a dívida às custas de cortes indefinidos nos salários e pensões de aposentados. E o incrível é que nem isso acalmou os "mercados".

Um processo de recolonização e a conseqüente decadência estrutural são as explicações para o que acontece na Argentina. Desde o período de ditadura militar (1976-1982) e seu modelo entreguista, o país entrou em uma espiral de abertura, saques e agravamento das condições de vida da população, antes uma das mais bem assistidas nas áreas de educação e saúde da América Latina.

Mas o fenômeno teve um salto com os dois mandatos de Menem, tanto no que refere-se à desnacionalização das empresas e do sistema financeiro, do saque puro e simples do Estado por um reduzido número de empresas (geralmente vinculadas às grandes multinacionais e grupos financeiros imperialistas), quanto à perda de direitos sociais e condições de vida e salários da grande massa da população.

Menem foi o instrumento político favorito e consciente desse processo (sua famosa frase sobre as "relações carnais" com os Estados Unidos ficará como um marco na história da submissão colonial); depois de um período curto de estabilidade ele saiu do governo em 1999 quase escorraçado, prova disso é que ele aguarda em prisão domiciliar o julgamento por "formação de quadrilha" num episódio envolvendo a venda clandestina de armas do Exército argentino à Croácia e ao Equador.

Uma das inúmeras manifestações de desempregados na Grande Buenos Aires

Na eleição de 1999, seu partido, o peronista, foi presa fácil para De la Rua, cuja única qualidade era se apresentar como oposição ao modelo. De La Rua foi eleito por uma coalizão entre o tradicional partido burguês, o Radical, e a Frepaso, aliança entre distintos setores oriundos de dissidências do peronismo e outras formações. Sua plataforma era o fim da corrupção e a prioridade para o social, mas sem tocar no sacrossanto *currency board* (o atrelamento do peso ao dólar) e tudo que está associado a esse modelo de conversibilidade da moeda: entreguismo, abertura dos mercados, déficits permanentes.

De la Rua é exemplo de oposição que não deve ser seguido

Era a edição portenha da falácia da "mudança sem ruptura de contratos". Ou seja, De la Rua e a Frepaso venderam a ilusão de que era possível mudar sem romper com o imperialismo, sem sustar o pagamento da dívida. Bastaria ser "ético" e direcionar as verbas mais para o social. O mesmo discurso de outros recentes presidentes eleitos como Toledo do Peru, ou Lagos do Chile e de oposições como o PPS e o PT brasileiro.

O resultado está à vista de todos: De la Rua não cumpriu sequer suas promessas mais simples. Aceitou as premissas do FMI e depois de várias tentativas a recessão se aprofundou, o desemprego disparou e o país está quebrado. Do social, não ficou nada. Da ética, a máscara caiu quando se descobriu que todo o Senado fora comprado para passar uma lei que retirava uma série de direitos trabalhistas. Até agora, ninguém foi punido.

É importante refletir sobre o vizinho e discutirmos qual a saída. O imperialismo montou um dispositivo tal que trata de garantir, independente de qual força está no governo, que a política econômica siga a mesma. Querer mostrar responsabilidade, respeito aos contratos como andam falando os economistas do PT e Lula, é aceitar esse jogo que leva ao desastre.

Bloqueios de estradas e ruas

Desde 1997, uma forma de luta cresceu na Argentina, os *cortes de ruta* (bloqueio de estradas). A princípio era uma forma de luta basicamente dos desempregados, por fora dos sindicatos e com eixo nas reivindicações de uma espécie de frentes de trabalho.

Mas a partir de 1999, a radicalização da luta da comunidade educativa e dos trabalhadores do setor de transporte levou estes setores também a tomar parte dos bloqueios de estrada e a realizar bloqueios de vias públicas nas grandes cidades. Durante o ano de 2000 os trabalhadores demitidos passaram a utilizar em forma mais sistemática e dura os bloqueios, criando um movimento nacional, os chamados *piqueteros*.

Em 2001, já foram realizados mais de 600 bloqueios de estrada ou de ruas em diferentes pontos do país.

A forma de luta lembra o MST brasileiro, mas com a diferença de que se trata de um fenômeno essencialmente urbano. Agora, como expressão dessa origem urbana e proletária, os *piqueteros* organizaram um plano de luta nacional contra o *ajustazo* de Cavallo/FMI com bloqueios escalonados ao estilo dos planos de luta dos sindicatos. (J.W.)

Palestra no Rio tem grande repercussão

O PSTU/RJ promoveu no dia 30 de julho, no auditório do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, a "Palestra sobre a Crise da Argentina" com Alícia Sagras, dirigente da Frente Operária e Socialista (FOS) da Argentina, organização política com a qual o PSTU mantém relações fraternais.

A palestra, que contou com a presença de mais de 200 pessoas, entre militantes do PSTU, PT e PCB, ativistas e dirigentes do movimentos sindical e estudantil, teve grande repercussão na imprensa, sendo noticiada pelos jornais O Estado de S.Paulo, Jornal do Brasil, O Dia, O Fluminense, Tribuna da Imprensa, além da própria imprensa sindical.

Alícia Sagras, que na tarde do mesmo dia também foi entrevistada pelo Programa Boca Livre da Rádio Bandeirantes, denunciou a dramática situação por que passam os trabalhadores e a economia argentina após anos de aplicação do receituário econômico do FMI. Alícia destacou também as novas formas de luta e a necessidade de uma forte resistência em toda América Latina para derrotar o projeto de recolonização que o imperialismo quer impor em nosso continente.

Morte ao capitalismo! Viva o socialismo!

No dia 20 de julho, na cidade de Gênova, Itália, os governantes dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Reino Unido, Japão, Itália, Canadá e da Rússia se reuniram e diagnosticaram que a economia mundial desacelera num ritmo mais profundo que o esperado. A queda no crescimento da economia norte-americana pelo 3º trimestre consecutivo demonstra claros sintomas de recessão, a União Européia cresce a passos lentos e o Japão não dá sinais de que sairá tão cedo da recessão que o assola há anos.

Enquanto se reuniam os chefes do G-8, novamente milhares de manifestantes tomavam as ruas para protestar contra as grandes potências imperialistas e corporações capitalistas. A cidade de Gênova foi transformada numa fortaleza medieval com "fossos" e muros controlados por alta tecnologia.

Em Gênova, as manifestações anticapitalistas contra as reuniões dos organismos financeiros internacionais tiveram a sua primeira vítima. O ativista italiano Carlo Giuliani, de 23 anos, morreu após ser baleado e atropelado por um carro da polícia.

No mesmo dia em São Paulo, uma outra manifestação reuniu mais de 4 mil pessoas. Eram sindicalistas, estudantes, sem-terra, sem-teto e punks que se concentraram na avenida Paulista e saíram em passeata até o consulado dos Estados Unidos, no rico bairro dos Jardins, onde foi queimada uma bandeira americana sob os gritos de "Fora Já, fora já daqui, FHC e o FMI!".

Mas mesmo em países imperialistas governados pela social-democracia como a França e a Inglaterra, assistimos inúmeras lutas de resistência aos planos neoliberais e vimos aumentar o peso da extrema-esquerda nas votações expressivas de Arlete Languilier (Lutte Ouvriere), na França e da Aliança dos Socialistas, na Inglaterra.

A luta dos trabalhadores e jovens brasileiros é parte indissociável dos trabalhadores argentinos, bolivianos, equatorianos, franceses e ingleses. Carlo Giuliani também é nosso mártir como o foram José Luís e Rosa Sundermann, Gildo da Silva, os três operários da CSN, mortos em 1988, e os inúmeros sem-terra assassinados pelo Estado brasileiro.

Contra o governo FHC e a recolonização imperialista do nosso país é preciso adotar o espírito das ruas de Gênova e Buenos Aires, alimentar a revolta contra os donos do mundo e os seus gerentes nacionais. É necessário voltar os olhos para a luta anticapitalista dos trabalhadores franceses e ingleses expressadas na ascensão de Lutte Ouvriere e da Aliança dos Socialistas.

Por tudo isso, fazemos um chamado ao PT, que desfaça seus acordos com a burguesia e adote um programa de ruptura com o FMI e a Alca. Somente com uma estratégia clara, anticapitalista e internacionalista, poderá ser construída uma autêntica alternativa ao neoliberalismo. E esta alternativa anda de mãos dadas com a independência de classe, não nutre nenhuma ilusão em alianças com a burguesia, mas leva até as últimas conseqüências a máxima do Manifesto Comunista: "a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores". Morte ao Capitalismo! Viva o Socialismo!

ATOS LANÇAM PRÉ-CANDIDATURA

Dois grandes atos, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro marcarão o lançamento da pré-candidatura de Zé Maria a presidente da República.

No RIO DE JANEIRO o ato será no dia 13 de setembro, as 19 horas no auditório do Conselho de Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea). Na rua Buenos Aires, nº 40, 10 º andar, centro da cidade.

Em SÃO PAULO será no dia 1º de setembro, sábado, as 19 horas, na Quadra do Sindicato dos Bancários, Rua Tabatingüera, próximo ao metrô Sé.